

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da FERTILIZANTES HERINGER S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: FERTILIZANTES HERINGER S.A.
- CNPJ/MF: 22.266.175/0001-88
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Rodrigo Bortolini Rezende
- Atividades: (i) a importação, exportação, comércio e indústria de fertilizantes, matérias primas correlatas, corretivos agrícolas em geral e insumos de solo, (ii) a importação, exportação e comércio de materiais agrícolas em geral, matérias primas, insumos agropecuários modernos e produtos veterinários, (iii) a exploração de transporte rodoviário, (iv) a prestação de serviços na área industrial a terceiros, (v) a venda de energia elétrica excedente do processo de produção e (vi) a construção civil de fábricas de sua propriedade.

Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 10/05/2013
- Data de Vencimento: 10/11/2016
- Banco Escriturador/ Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: FHER12/ BRFHERDBS023
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos com a subscrição das Debêntures serão utilizados para capital de giro na produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, dentre as atividades descritas no objeto social da Emissora, em linha com o seu plano de negócios.
- Tipo de Emissão*: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 20.13-4-00 - Fabricação de adubos e fertilizantes;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,89 em 2015 para 0,90 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,62 em 2015 para 0,67 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,29 em 2015 para 0,37 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 1,89 em 2015 para 1,82 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 46,0% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou uma redução de 29,3% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido teve uma redução de 18,5% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 175,1% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 3,0% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 3,25% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

10/11/2016 – R\$ 3.334,000000 (vencimento)

Juros:

10/05/2016 – R\$ 280,53259196

10/11/2016 – R\$ 289,45821673

Prêmio:

07/04/2016 – R\$ 53,27276562

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 0

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 26.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros descritos no Anexo I à Escritura de Emissão, conforme previsto no item 5.4.1, alínea “iv” da Escritura.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real*.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) alienação fiduciária de imóveis, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permaneceu(ram) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontrou, durante a vigência das debêntures desta Emissão, plenamente apta no exercício da sua função de Agente Fiduciário.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem



orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	64.550	69.550
Contas a receber de clientes	4	466.987	545.757
Estoques	5	703.380	1.008.303
Tributos a recuperar	6	101.341	99.775
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	53.046	37.259
Créditos tributários adquiridos	14	135.866	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	222	27.864
Bonificações de compras		11.963	51.683
Outros ativos		38.438	34.988
		1.575.793	1.875.179
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	4	81	356
Tributos a recuperar	6	285.263	327.000
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	183.540	165.647
Outros ativos		11.218	10.101
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b	183.649	182.188
Créditos tributários adquiridos	14	29.905	164.185
Depósitos judiciais	14	30.033	28.306
Imobilizado	10	549.158	573.132
Intangível		6.904	7.416
		1.279.751	1.458.331
Total do ativo		2.855.544	3.333.510

	Nota	2016	2015
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	11	978.545	849.354
Forfait	12	188.706	289.612
Empréstimos e financiamentos	13	858.662	1.594.540
Salários e encargos sociais		23.857	23.310
Tributos a recolher		8.709	2.311
Adiantamentos de clientes		215.122	190.497
Instrumentos financeiros derivativos	8	12.287	14.402
Outros passivos		58.313	42.726
		<u>2.344.201</u>	<u>3.006.752</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	194.606	64.625
Provisão para contingências	14	27.530	16.119
		<u>222.136</u>	<u>80.744</u>
Total do passivo		<u>2.566.337</u>	<u>3.087.496</u>
Patrimônio líquido	15		
Capital social		585.518	585.518
Ajuste de avaliação patrimonial		41.492	42.456
Prejuízos acumulados		(337.803)	(381.960)
Total do patrimônio líquido		<u>289.207</u>	<u>246.014</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.855.544</u>	<u>3.333.510</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	17	5.194.970	6.308.405
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	18	(4.557.742)	(5.756.787)
Lucro bruto		637.228	551.618
Despesas e receitas operacionais			
Com vendas	18	(340.309)	(380.946)
Gerais e administrativas	18	(100.995)	(94.314)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.878	70.698
		(439.426)	(404.562)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		197.802	147.056
Despesas e receitas financeiras			
Variação cambial, líquida	19	261.756	(994.877)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	20	(399.241)	332.839
		(137.485)	(662.038)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		60.317	(514.982)
Imposto de renda e contribuição social	7.c	(17.127)	179.015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		43.190	(335.967)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)		53.857	53.857
Resultado básico e diluído por ação	16	0.8019	(6,2381)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Fertilizantes Heringer S.A.
Viana - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa o fato de que a Companhia está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a Administração não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A Administração avaliou a adequação da utilização do pressuposto de continuidade operacional com base nas projeções de fluxos de caixa futuros os quais entende ser suficientes para o pagamento de suas obrigações de curto prazo, considerando ainda a existência de capital circulante líquido negativo de R\$768.408 mil em 31 de dezembro de 2016. Os cálculos que sustentam essa premissa de rentabilidade esperada futura requerem que a Administração faça julgamentos subjetivos e são essenciais para avaliar a adequação da metodologia adotada para a elaboração das demonstrações financeiras. Envidamos, portanto, esforços de auditoria significativos na avaliação da adequação da utilização deste pressuposto por parte da Companhia

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de membros seniores da nossa equipe de auditoria e de um especialista em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, como expectativa de entrada de caixa proveniente de vendas de produtos e de saída de caixa devido a compras de estoques e outras despesas operacionais.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, incluídas na Nota 2.1 das demonstrações financeiras.

Análise de recuperabilidade de tributos diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As premissas da Administração que justificam o reconhecimento dos impostos diferidos ativos são julgamentos importantes e também subjetivos, uma vez que pressupõem a existência de que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o saldo de R\$183.649 mil de tributos diferidos ativos líquidos reconhecidos nas demonstrações financeiras. Como resultado, a análise de recuperabilidade dos tributos diferidos ativos foi significativa para a nossa auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação na discussão e questionamento das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia. Avaliamos também a projeção de geração de lucros tributáveis futuros suficientes com base em orçamentos, planos de negócios, discussões com a Administração, além de nosso conhecimento e experiência histórica. No questionamento relacionado às premissas, avaliamos a consistência destas premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros.

Analizamos ainda a adequação das divulgações da Companhia na Nota 7 das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

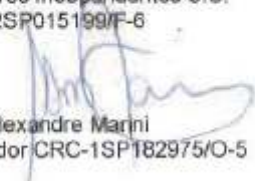
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 2 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5